

Este volume possui desenhos que não foram digitalizados

PLANDURB
MODELO FÍSICO-TERRITORIAL
- CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS DE
ESTRUTURA URBANA

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A metodologia seguida considerou a montagem de 3 (três) alternativas para o desenvolvimento espacial de Salvador: crescimento condensado, crescimento em corredores longitudinais e crescimento em vetores transversais. Tomou-se como ano horizonte 1990, o que re-flete uma perspectiva de médio prazo.

Para a elaboração dessas alternativas de estrutura urbana, duas medidas operacionais foram tomadas: a primeira delas foi a realização de um zoneamento preliminar básico, que dividiu a cidade em zonas de trabalho, chamadas de unidades de análise (U.A.), que atin-giram o total de oitenta e cinco. A segunda foi reali-zar um agrupamento de unidades de análise que passam a formar macro-unidades de assentamento que, por sua vez, são específicas para cada alternativa, pois devem at-tender ao conceito estabelecido pela alternativa. As-sim, mesmo que as macro-unidades de assentamento de duas alternativas tenham o mesmo nome, podem ter com-posição diferente, pois esta é definida pelo conceito da alternativa (*).

Nas unidades de análise e, conseqüentemente, nas ma-cro-unidades de assentamento, são alocadas as variá-veis básicas: população (por faixa de renda) e empre-go (por tipo). A população alocada se refere ao acréscimo estimado para o período 1975/1990 e a mesma foi distribuída unicamente nos vazios urbanos levantados pelo estudo de Disponibilidade de Terras. O produto

(*) Vide tabela anexa: Composição das macro-unidades de assentamento por alternativa.

obtido com este procedimento alocacional são modelos espaciais alternativos para o desenvolvimento urbano de Salvador, para o ano horizonte de 1990.

Neste texto são apresentados os produtos obtidos, ou seja, os modelos de estrutura espacial criados a partir das alternativas consideradas, buscando sintetizá-los em três aspectos:

Quanto aos vetores de expansão: determinando as linhas que o crescimento urbano deve perseguir, sobretudo em sua expansão horizontal sobre o território disponível à ocupação.

Quanto aos padrões de ocupação residencial intra-urbanos: definindo os padrões de ocupação residencial em função de padrões de densidade. Assim, ao se alocar os primeiros, está se alocando por correspondência, os segundos, tornando possível conhecer os volumes populacionais alocados por Unidade de Análise (e por macro-unidade de assentamento) para cada alternativa.

Quanto a nucleação de atividades: define os agrupamentos mais importantes das atividades terciárias, isto é, o sistema de centros e sub-centros, e das atividades secundárias, com a localização das principais áreas industriais.

A partir dos três aspectos citados, monta-se a caracterização das alternativas de estrutura urbana para Salvador.

COMPOSIÇÃO DAS MACRO-UNIDADES DE ASSENTAMENTO POR ALTERNATIVA, COM AS UNIDADES DE ANÁLISE (UAs) CORRESPONDENTES.

MACRO-UNIDADE	U.A. POR ALTERNATIVAS		
	CRESCIMENTO CONDENSADO	CORREDORES LONGITUDINAIS	VETORES TRANSVERSALS
ZONA CENTRAL	1-2-3-4-5-6-7-8-9-10-23-33	1-2-3-4-5-6-7-8-9-10-23-33	1-2-3-4-5-6-7-8-9-10-23-33
ITAPAGIPE	57-52-56-53-51	57-52-56-53-51	57-52-56-53-51
LIBERDADE	47-49-50-24-34-35-36-46-48-54-55-58	47-49-50-34-46-48-54-55-58	47-49-50-34-36-46-48-54-55-58
FEDERAÇÃO/BROTAS	12-13-19-20-21-22-25	12-13-19-20-21	12-13-19-20-21
BARRA	11-14-15	11-14-15	11-14-15
ORLA I	16-17-31-29-28	16-17-31-29-28	16-17-31-29-28-27
JURACY MAGALHÃES	18-26-27-30-32	18-26-27-30-32	18-32-30
PARALELA-I	39-42-42A-62-66	38-39-42-42A-62**-66-40*	-
CABULA	38-43-44	-	-
BR-I	37-45-59-59A	36-37-45-59-59A	-
BR-II	74-75-79-80	60-73-74-75-79-80	-
CASTELO BRANCO	60-73-72	-	-
SUBÚRBIO	76-77-78-81-82-83	76-77-78-81-82-83	76-77-78-81-82-83

(continuação)

PARALELA-II	61-64*-67-70 69	61**-64*-67 70-69	-
ORLA-II	40-41-63	40*-41-63	40*-41-63
ORLA -III	64*-65-68	64*-65-68	64*-65-68
BARROS REIS	-	22-24-25-35	-
BARROS REIS/CA- MURUGIBE	-	-	39-45*-38-37* 35-24-26-25 22
SAN MARTIN/IMBUÍ	-	-	45-43-44-42-42A 37*
LOBATO/PITUASSU	-	-	59A-59-75-74-60 73-62-61*-66-64*
VALÉRIA/CARNEIRI NHO	-	-	80-79-73*-72-61* 70-67
CIA-AEROPORTO	-	-	71-69

OBSERVAÇÕES:

- * A unidade de análise é dividida, participando de duas macro-unidades de assentamento
- ** Utiliza-se apenas uma parte da unidade de análise; a parte restante é abandonada.

2. ASPECTOS COMUNS ÀS ALTERNATIVAS

Dado que alguns objetivos foram entendidos como comuns às diferentes alternativas, isto é, estão presentes em qualquer conceito de estruturação do espaço urbano, fica claro então o porquê das proposições não se diferenciarem em alguns aspectos substantivos.

Tais objetivos são explicitados no Quadro Geral como "não-significativos" para efeito de avaliação das alternativas, porém presentes em qualquer das alternativas consideradas. De um modo amplo, recaem sempre sobre invariâncias com respeito a:

- proteção dos recursos naturais não renováveis (recursos hídricos, vegetação, dunas e praias);
- proteção aos aglomerados de população de baixa renda;
- proteção ao acervo arquitetônico e urbanístico, marcos e lugares significativos na imagem da cidade;
- ocupação não intensiva nas áreas cujo solo e/ou sub-solo impliquem maiores custos de urbanização;
- aproveitamento das nucleações básicas existentes de atividades terciárias e secundárias, com potencialidades de absorverem funções estruturadoras do espaço urbano;
- reurbanização como fator de equilíbrio entre a oferta e demanda de solo para ocupação, de modo a criar uma folga entre a demanda real e as opções locais dos habitantes.

VERSÃO PRELIMINAR
SUJEITO A REVISÃO

Porém, para efeito didático e de ordenação dos aspectos comuns, os mesmos estão agrupados de forma idêntica à posterior descrição das alternativas, de modo a facilitar o entendimento geral, ou seja, o agrupamento se dá quanto aos vetores de expansão, quanto aos padrões de ocupação residencial intra-urbanos, quanto a nucleação de atividades e quanto à reurbanização e seus efeitos.

2.1 Quanto aos Vetores de Expansão

Todas as três alternativas construídas utilizam os vetores da Orla e Subúrbios como vetores de fraca ocupação, isto é, esses vetores não absorvem população de forma intensa. Isto se deve a recomendações fundadas em argumentações técnicas e no quadro de objetivos de finido pelo PLANDURB, que reflete, evidentemente, um determinado quadro de valores frente à realidade local.

No caso do vetor do Subúrbio, o critério principal que levou à proposição de uma fraca urbanização para esta área é a baixa qualidade do solo (formação ilhas), implicando em elevados custos de urbanização, aqui entendida de uma forma geral, isto é, são elevados os custos de implantação das casas, prédios e da infraestrutura em rede: água, esgotos, drenagem e sistema viário.

A população alocada nesta macro-unidade de assentamento (Subúrbio) - em reduzido número comparado com a disponibilidade de terra - é distribuída nas áreas mais próximas à infraestrutura de transporte existente: a ferrovia e a via suburbana, com possibilidades

de melhoria do desempenho com pequenas modificações futuras.

O vetor da Orla, por sua vez, deve ser analisado em trechos. O primeiro deles é a própria macro-unidade de assentamento Orla-I, que tem início na unidade de análise 16 (Ondina), se estendendo até a unidade de análise 28 (Pituba). Para este trecho propõe-se, independentemente de qualquer alternativa, a consolidação da ocupação existente, já que esta reflete um processo irreversível e inclusive, possível de incentivar, desde que de uma forma mais controlada. A manifestação típica desse processo é a verticalização da Pituba. O tratamento para este trecho pode apresentar algumas variações por alternativa, em termos quantitativos, mas qualitativamente será o mesmo, proteção ao bordo e permissão de alguma verticalização na Pituba(*).

O segundo trecho é composto das macro-unidades de assentamento Orla II e III, tendo início na unidade de análise 40 (Costa Azul) e atinge o limite do Município na orla (unidade de análise 68). No geral, o posicionamento definido para este trecho é o mesmo para todas as alternativas, apresentando, apenas, algumas variações no início do vetor (unidade de análise 40), sempre considerado que esta zona não deverá receber uma urbanização intensa. A colocação se fundamenta em dois aspectos: em primeiro lugar, a área apresenta características ambientais desejáveis de preser-

(*) A Pituba é uma das poucas áreas próximas do bordo atlântico da cidade, que pelos comprometimentos existentes e da infra-estrutura viária implantada, permite maiores adensamentos e verticalização.

var, tais como dunas, coqueirais, áreas verdes, espelhos d'água, e em segundo lugar, existem áreas suficientes para abrigar a população de alta renda projetada para 1990, em outras localizações menos periféricas, mais equipadas em termos infra-estrutura e serviços.

A conjugação desses dois aspectos leva à proposição de uma fraca urbanização nesse trecho, com o que se estará revertendo o modelo de ocupação do espaço seguido pela população de alta renda que tem levado à uma urbanização extensiva, e atomizada, o que implica em altos custos de implantação e manutenção da urbanização.

Aqui nem sempre se trata de proibir a ocupação, mas restringi-la a tal ponto que possa se constituir numa reserva para futuros adensamentos, quando as áreas de Parque e proteção à paisagem vierem a estar consolidadas em termos institucionais e de uso irreversível pela população.

2.2 Quanto aos padrões de ocupação residencial

A alocação de população por alternativa de estrutura urbana feita por unidade de análise a partir da área de solo disponível e de uma densidade proposta, considera que a densidade por classe de renda reflete implicitamente o padrão tipológico residencial. Para fundamentar esta proposição, recorreu-se à uma pesquisa direta de padrões urbanísticos significativos da ocupação residencial em Salvador.

Os resultados desta pesquisa - quanto à densidade bruta - foram utilizados na alocação de população e, por consequência, ficaram estabelecidos os padrões ti

pológicos das residências da população alocada. A tabela que se segue mostra de forma sintetizada essas colocações.

Padrão de Densidade/Renda*	Densidade Bruta (hab/ha)	Padrão Tipológico	Área Tipo
A ₀	56	Casa-Lóteamento Alto Padrão	Patamares
A ₁	164	Casa	Parque C. Aguiar
A ₂	342	Apartamento	Pituba
A ₃	553	Apartamento	Clemente Mariani
B ₁	239	Casa	Roma
B ₂	315	Apartamento	Sto. Agostinho
B ₃	553	Apartamento	Clemente Mariani
C ₁	-	Casa	PROFILURB
C ₂	341	Casa	Nord. de Amaralina
C ₃	526	Casa	Pau Miúdo

(*) As faixas de renda são A, B e C, respectivamente alta, média e baixa.

O fato de não se criar novos padrões de densidade bruta para as alocações de população futura, se deve aos seguintes argumentos:

- 1º As áreas investigadas refletem padrões de urbanização consolidados ao longo da história da cidade, ou seja, não derivam de postulações teóricas quanto a densidades desejáveis, mas refletem as formas em que a sociedade urbana estruturou o espaço pelas diferentes faixas de renda, e os padrões tipológicos de edificações consumidos pela população.
- 2º As densidades brutas encontradas, estão próximas dos padrões considerados econômicos pela literatura internacional existente. A exceção das visões utópicas e futuroológicas quanto a densidades mais altas desejáveis (Le Corbusier, Kenzo Tange, Yona Friedman, etc.), em geral ultrapassando o patamar dos 1.000 hab/ha, exemplo também encontrável no Brasil em algumas áreas de superocupação como: Copacabana no Rio, Higienópolis em São Paulo, etc., aqui não considerados como padrões aceitáveis de referência.
- 3º Numa cidade onde a maioria da população é de baixa renda e onde seus padrões típicos de ocupação conseguem atingir densidades próximas a padrões mais verticais de alta renda, sugere que um padrão-casa pode equivaler a um padrão-pluridomiciliar, ou melhor, a densidade não determina o padrão de desenho urbano a adotar, podendo-se, a partir de um dado padrão de densidade, se configurar espacialmente, diferentes estruturas compositivas do espaço, melhores ou piores qualitativamente, mais ou menos funcionais, dependendo de como se desenvolva a implantação e/ou projeto urbanístico.

Assim, invariavelmente, os padrões de alocação de população quanto às residências, refletem por um lado a capacidade da alta renda em consumir vários tipos de padrões, de baixíssimas e altas densidades, em oposição às classes de renda média e baixa quase sempre próximas às médias e altas densidades.

Por outro lado, as densidades consideradas, permitem uma visão realista da situação do planejamento frente ao incipiente controle do uso-do-solo, mormente no quadro das habitações não-licenciadas pela Prefeitura, em sua esmagadora maioria ocupações feitas pelas populações de baixa renda, no caso de Salvador - a maioria.

Assim, o controle, caso não atinja níveis mais profundos, reduzindo substancialmente o quadro atual de habitações não licenciadas, não chegaria em tese a afetar as densidades propostas dado que as mesmas se baseiam nos padrões reais existentes. Ademais, acredita-se que o controle deverá recair sobretudo ao nível de melhoria do desenho urbano, de modo a facilitar a implantação das infra-estruturas e equipamentos, inclusive por que não se espera uma melhoria acentuada de renda capaz de modificar radicalmente os padrões consumíveis.

2.3 Quanto a nucleação das atividades

Admitido que as relações entre a localização dos empregos e da população (em termos de habitação) desempenham importante papel na estruturação do espaço, as alternativas sempre trazem implícita a noção de que a localização das atividades (configuradas pelo emprego) in-

fluencia e condiciona a distribuição da população, assim como esta, por seu turno, tem capacidade para atrair empregos.

O modelo de desenvolvimento econômico seguido historicamente pela cidade de Salvador, ao se assentar predominantemente nas atividades terciárias (comércio, serviços), com uma área de influência que extrapola os limites metropolitanos, configura para o quadro espacial intra-urbano de Salvador, uma necessidade de preocupação muito grande com o papel do(s) Centro(s) e Sub-centros na organização da estrutura urbana.

Por outro lado, as atividades secundárias embora passíveis de maior dinamização no Município, quanto aos perfis complementares ao CIA e COPEC, não representam, no conjunto das atividades a desenvolver, um valor significativo e de peso, dado que, a nível metropolitano, a política seguida e enfatizada vem sendo de uma polinucleação em torno dos Municípios de Simões Filho, Camagari e Candeias.

Mantido o quadro supra-citado, ou seja, o setor terciário gerando o maior volume de empregos, o mesmo passa a ter um papel estratégico em termos da nucleação das atividades de comércio e serviços. Valendo ressaltar que tais localizações dependem da área de influência (mercado), com o(s) Centro(s) desempenhando, como já foi dito, um papel não só local, como regional e estadual, e os Sub-centros, papéis mais estritamente urbanos. Assim, suas localizações variam por alternativa, pois cada uma contém diferentes posicionamentos conceituais quanto à distribuição de população (mercado), capaz de dar maior ou menor força a tais núcleos em função da acessibilidade dos habitantes

localizados nas áreas de influência aos mesmos.

Já o Centro Tradicional é tratado diferencialmente , com critérios próprios por alternativa, sempre considerando as possibilidades de maior ou menor descentralização (com criação de outro Centro alternativo), pelas crescentes dificuldades de acessibilidade que algumas alternativas, implícita ou explicitamente, contém.

Em ambos os casos - Centro(s) e Sub-centro(s) - sempre está admitido que as localidades atuais que já desempenham funções de tal porte, ou com uma potencialidade imediata de desenvolvimento, são mantidas nas proposições alternativas, embora sempre tratados diferencialmente quanto ao grau de complexidade de cada um em cada alternativa. É o caso do Centro Tradicional e das nucleações de Calçada, Liberdade, Barra e Camurujibe (Iguatemi).

Como fatos comuns mais significativos pode-se arrolar:

- a) o Sub-centro da Barra possui localização geográfica desfavorável e esta posição deve ser agravada com a expansão da área urbana para o norte, e que tornará difícil o acesso a este núcleo. Assim, o Sub-centro da Barra deverá apresentar um crescimento pequeno (função da população na área de influência), ainda mais considerando que a expansão da área urbana implica na criação de novos Sub-centros ou reforço dos atuais, estabelecendo uma competição entre os núcleos, com desvantagens para o Sub-centro da Barra, não só pela razão apontada, como pelo seu nível mais sofisticado, voltado para as populações de maior poder aquisitivo;

- b) o Sub-centro da Calçada, além de abrigar estabelecimentos característicos de Sub-centros, tem em sua composição funcional estabelecimentos especializados, cuja área de influência é a cidade ou mesmo a região. Da análise das potencialidades desse núcleo, chegou-se à conclusão que este não tem condições de se desenvolver intensivamente, devido às limitações físicas para expansão, ao volume reduzido de população alocada na área de influência do núcleo, e à existência de outras áreas da mesma especialização, competindo em condições superiores, com este núcleo devido a sua localização desfavorável em termos globais no território municipal;
- c) o Sub-centro da Liberdade considera-se também um crescimento pequeno devido às reduzidas possibilidades de expansão física da área, às desfavoráveis condições de acessibilidade, à criação de outros sub-centros em melhores condições de acessibilidade e às reduzidas possibilidades de ampliar o volume de população alocada na sua área de influência.

Por outro lado, as localizações industriais futuras, para atender aos objetivos do PLANDURB, têm poucas opções locais, não só pelas restrições que o próprio sítio de Salvador oferece (praias, dunas, sistema de áreas verdes, mananciais hídricos, etc.), como pela disposição do sistema viário básico inter-regional e municipal, infra-estrutura em rede, e até pelas oportunidades institucionais que a área do CIA oferece quanto aos seus limites no Município.

Assim é, que as alternativas consideram as possibilidades de localização industrial de maior porte, como proposta comum para todas as alternativas, visto que os condicionantes de meio-ambiente, infra-estruturação do espaço e tendências espontâneas, sugerem, de pronto, as localidades sugeridas ao longo da BR-324, consolidando algumas existentes e abrindo novas na área de influência do CIA.

2.4 Quanto às Áreas de Restrições

O quadro de restrições é um pano de fundo importante para as várias alternativas e responde a dois tipos de problemas significativos em relação ao meio-ambiente de Salvador, sendo eles de origens física ou institucional.

As restrições físicas dizem respeito a:

- vales, pela sua importância na configuração do espaço, na drenagem das águas superficiais e esgotamento sanitário;
- terrenos de "formação ilhas", pelas implicações nos custos de urbanização
- campo de dunas, represas e espelhos d'água, por sua importância na imagem da cidade e sua ecologia;
- bacias de mananciais hídricos, notadamente os vinculados ao abastecimento d'água da cidade.

As restrições institucionais dizem respeito a áreas que variam muito quanto ao grau de interferência quanto a ocupação, mas refletem um campo de certo modo variado e complexo, ora em função de situações existentes, ora em função de situações propostas pelo PLAN-

DURB, tais como: áreas de proteção rigorosa e as de entorno imediato a estas, áreas de proteção socioecológica (ocupações de baixa renda), área de proteção do bordo (de contacto com o mar), e as áreas verdes de Parque. As demais áreas fogem ao escopo estrito de recomendações do PLANDURB, contudo têm que ser levadas em consideração nas alocações de população e emprego por alternativa, conforme seu grau de complexidade e resistência aos vetores de expansão.

2.5 Quanto à Reurbanização

Como a população alocada se dá sempre em função das áreas vazias acima de 1 hectare, já abatidas as restrições de ordem física e institucional, está claro que a reurbanização é considerada como um fator de elasticidade da oferta de solo para as construções futuras, ou seja: ela funciona opcionalmente como o elemento capaz de regular possíveis desequilíbrios entre os limites de terra ofertado por alternativa e a possibilidade concreta de ida de população para os mesmos.

Assim, está implícito o conceito de que maiores opções sempre cabem às rendas mais altas em termos de localização, e que sob as pressões destas faixas de mercado é que se dá a reurbanização (substituição de casas por edifícios e adensamentos em áreas mais valorizadas).

Desta forma, só na seleção do uso-do-solo com base nas alternativas, é que, à luz das tendências existentes e/ou desejáveis, considerar-se-á as possibilidades de absorção de população através de fenômeno da reurbanização, porém sempre mantida a diretriz de usar o mesmo como fator de correção para as opções locacionais

e de retenção de terras pelas faixas de renda mais alta.

3. AS ALTERNATIVAS CONSIDERADAS

3.1 Alternativa de Crescimento Condensado

O conceito de Crescimento Condensado resulta numa estrutura urbana com as seguintes características:

- a) Quanto aos vetores de expansão: a estrutura urbana obtida nesta alternativa busca uma forma compacta de ocupação, ou seja, sem vazios urbanos, a menos, evidentemente, daqueles estabelecidos pelas restrições físico-ambientais.

Para obtenção desta estrutura, seguem-se duas estratégias. A primeira, estabelece a ocupação dos vazios intersticiais que são os vazios existentes na Área Urbana Contínua (AUC) atual, que tem como limites: o leito do Rio Camurujibe desde a orla até o encontro com a BR-324, o leito desta via até a localidade de Campinas e se desloca na direção da Baía de Todos os Santos, seguindo a linha de limite das unidades de análise 59-A e 75, tomando depois a linha de limite das unidades de análise 76 e 75 e, por último, a linha de limite entre as unidades de análise 76 e 77, chegando à Baía de Todos os Santos.

A segunda estratégia estabelece a ocupação das áreas contíguas à AUC atual, de forma a não gerar vazios urbanos, ou seja, promovendo a continuidade do tecido urbano.

As unidades de análise, nesta alternativa, foram agrupadas formando as seguintes macro-unidades de assentamento, com os respectivos volumes de população alocada:

Macro-Unidade de Assentamento	População Alocada
Zona Central	
Itapagipe	198
Liberdade	12,180
Federação/Brotas	48,829
Barra	7,892
Orla I	43,472
Juracy Magalhães	74,577
Paralela I	144,353
Cabula	106,851
BR-I	144,413
BR-II	140,662
Castelo Branco	189,045
Subúrbio	46,020
Paralela II	62,757
Orla II	31,359
Orla III	7.018

Os dados acima, agrupados de uma outra forma, permitem a identificação de vetores de expansão.

Assim, o agrupamento das macro-unidades de assentamento Zona Central, Itapagipe, Liberdade, Federação/Brotas, Barra, Orla I e Juracy Magalhães, que praticamente coincide com a AUC, absorve apenas 187.148 habitantes, representando 17,66% da população projetada para 1990. O agrupamento das macro-unidades de assentamento Paralela I e Cabula, que forma uma área tributária da Av. Paralela, absorve 251.204 habitantes (23,71% do total). Por sua vez, o agrupamento das macro-unidades de assentamento BR-I, -

BR-II, Castelo Branco e Paralela I (ver mapa), que constitui uma área tributária da BR-324, absorve 536.877 habitantes, ou seja, 50,66% do total projetado para 1990. A população restante se distribui no vetor da Orla (Orla II e III), que absorve 37.377 habitantes (3,53% do total) e no vetor do subúrbio, responsável pela absorção de 46.020 habitantes (4,34% do total).

A análise dos valores acima permite identificar o vetor da BR, como de expansão urbana, possivelmente viabilizando um sistema de transporte de massa ao longo da BR, já que existe uma demanda considerável instalada na área de influência desta via (as macro-unidades de assentamento que formam o vetor). Esta demanda ainda será maior ao se considerar que o transporte de massa penetre na AUC em direção à Zona Central (maior núcleo de concentração de atividades).

É possível, ainda, identificar a Paralela como um outro vetor, ocupando, no entanto, posição secundária. Fica difícil, neste caso, antecipar com maior segurança alguma especulação sobre a viabilidade de implantação de transporte de massa ao longo da Av. Paralela, devido à existência de um volume bem menos expressivo de população, neste vetor. A segurança ainda diminui na medida que se considera que uma das possibilidades de penetração deste suposto transporte de massa da AUC é pela Av. Juracy Magalhães e que, na macro-unidade que contém esta via, (e leva o mesmo nome) alocou-se, predominantemente, população de renda A, uma parcela razoável de população de renda B e nenhuma população de renda C, ou

seja, a maior parte da população não seria potencialmente usuária do transporte de massa, não se reforçando a demanda existente,

Os outros dois vetores, atendendo a restrições estabelecidas, não têm nenhuma expressividade, não podendo ser caracterizados como vetores significativos de expansão, (Subúrbios e Orla).

Dos projetos habitacionais do setor público, este modelo incorpora as propostas de Narandiba, propondo reformulações no tocante à classe de renda da população beneficiada, e, nos padrões de densidade, o projeto Cajazeiras, em aproximadamente 50% de sua área. Os projetos Mussurunga e Caji estão totalmente fora da estrutura urbana perseguida conceitualmente.

b) Quanto os padrões de ocupação residencial: a análise dos padrões propostos será feita a nível de macro-unidade de assentamento e da classe de renda alocada.

ZONA CENTRAL - não teve população alocada.

ITAPAGIPE - o padrão alocado, B₁, é o próprio padrão predominante existente, na área.

LIBERDADE - o padrão alocado representa a consolidação da ocupação existente. A proposta de uma densidade menos elevada (C₂), se deve à consideração que o valor do solo nesta área é mais elevado (em relação às outras áreas de baixa renda) atraindo, conseqüentemente, população em melhor situação

financeira que tem condições de ocupar o espaço a um padrão de melhor qualidade relativa,

FEDERAÇÃO/BROTAS - esta macro-unidade, diferentemente da acima, não é uma área de ocupação homogênea, o que leva à alocação de população das três classes de renda. A população de baixa renda segue o padrão tipológico C_2 definido pelo mesmo critério usado na macro-unidade acima,

O padrão proposto na alocação de população de média renda (B_2) visa consolidar a ocupação existente. A população de alta renda alocada constitui um pequeno resíduo e o padrão proposto (A_1) reflete as características existentes - loteamento de alto padrão,

BARRA - o padrão alocado (A_3) reflete exatamente as características e as tendências da área de se consolidar como uma área de verticalização para alta renda,

ORLA I - seguindo recomendações do Estudo de Imagem Ambiental Urbana, de controle na ocupação vertical, alocou-se baixas densidades para população de alta renda (padrão A_1), média densidade para população de média renda (padrão B_2), que não chega a confrontar com as recomendações citadas, e residualmente alocou-se o padrão C_2 para as populações de baixa renda. Uma unidade de análise dentro desta macro-unidade de assentamento constitui exceção, a U.A.-28 (Pituba), onde a alocação seguiu como critério o atendimento à tendência de comportamento da área - verticalização para população de alta

renda - o que levou à proposta do padrão existente (A₂), embora controlado,

ORLA II - também neste caso foram seguidas as recomendações do Estudo de Imagem Ambiental Urbana que propõe baixas densidades para áreas situadas na orla. Na única U.A. utilizada nesta macro - unidade foram alocados os padrões A₁ e B₂.

ORLA III - apenas uma U.A. foi necessário ocupar, nesta alternativa de estrutura urbana, a U.A. 64, onde está se implantando o loteamento Patamares. Os dados de projeto levaram à definição do padrão A₀.

JURACY MAGALHÃES - para viabilizar a proposta de alternativa de crescimento condensado alocou-se população de alta renda, segundo o padrão A₂, para a maior parte da área. Considerou-se, ainda, a existência de uma área destinada à ocupação de alta renda, para a qual reservou-se o padrão A₀ (lotes de dimensões grandes). A população de média renda segue os padrões B₁ e B₂.

SUBÚRBIOS FERROVIÁRIOS - as características da ocupação predominante existente (população de baixa renda) e o impedimento à implantação de unidades verticais, devido às condições pedológicas desfavoráveis, serviram de critério para a definição da ocupação da área: população de baixa renda, a um padrão C₂, que não é nada mais que a própria consolidação da ocupação existente.

MACRO-UNIDADES DE ASSENTAMENTO RESTANTES (PARALELA I, CABULA, BR-I, BR-II, CASTELO BRANCO, PARALELA II)

todas essas áreas destinam-se a abrigar, majoritariamente, população de baixa renda e uma pequena parcela de população de média renda. A tendência natural e espontânea da população de baixa renda de ocupar o espaço a altas densidades (utilização intensiva do solo disponível, lotes de dimensões reduzidas, etc.), deve manter-se em função do insucesso das políticas habitacionais para essa classe de renda. No entanto, como este processo espontâneo de ocupação do espaço por parte da população de baixa renda tem gerado uma série de problemas (dificuldades de acesso, de implantação de sistema viário, de infra-estrutura em rede, etc.) coloca-se como imprescindível a intervenção do Setor Público para evitar a repetição desses problemas nas novas áreas de ocupação. Assim, ao invés de simplesmente se repetir o padrão predominantemente C_3 , minimiza-se este e propõe-se uma maior utilização do padrão C_2 (que reflete a preocupação com uma prévia organização do espaço).

A população de renda média alocada nessas macro-unidades de análise seguiu na maior parte o padrão B_2 , e uma parcela menor o padrão B_3 . Esses padrões de média e alta densidade são necessários para assegurar a obtenção do modelo de crescimento condensado.

Um pequeno resíduo de população de alta renda é alocado na macro-unidade Paralela I, mais especificamente na U.A. 39 - o loteamento Caminho das Árvores - que obedece ao padrão A_0 ;

c) Quanto à nucleação das atividades: Toma-se por

hipótese, nesta alternativa, que a cidade comportará em 1990 um único centro de concentração das atividades terciárias: o atual Centro. A determinação da dimensão do Centro em 1990 é feita assumindo que este deve manter o mesmo volume relativo de emprego existente hoje. Após um pequeno ajuste, necessário para compatibilizar população e emprego, alocou-se no Centro 48,4% do emprego total no terciário para 1990, enquanto em 1975 a participação relativa se situava em 47,81%.

Em termos absolutos, o Centro em 1990 deverá abrigar 81.611 empregos. O sistema de Sub-centros se compõe de núcleos existentes e novos a serem criados ou consolidados.

O Sub-centro Camurujibe deve atingir, em 1990, 8.874 empregos, que representa 5,3% do emprego terciário total, atendendo este núcleo à população de renda mais elevada dentro deste sistema. Este Sub-centro resulta da expansão do núcleo que se iniciou como o Centro de Compras do Iguatemi.

Deve ser criado um novo Sub-centro a ser localizado na unidade de análise 60, visando atender à população localizada no vetor da BR. O volume deste núcleo atinge 8.153 empregos, representando 4,9% do emprego total no terciário.

Quanto aos Sub-centros, a partir de núcleos existentes - Calçada, Liberdade e Barra - deverão apresentar um crescimento menor, devido ao reduzido volume de população alocada nas respectivas áreas de influência. Para 1990, esses três Sub-centros absorvem 3,7%, 1,8% e 2,4%, respectivamente, do emprego total do terciário.

Por último, 62.541 empregos (37,4% do total) não se concentram em Centros ou Sub-centros, encontrando-se dispersos pela cidade.

3.2 Alternativa de Crescimento em Corredores Longitudinais

O conceito de Corredores Longitudinais leva a uma estrutura urbana com as seguintes características:

- a) Quanto aos vetores de expansão: o conceito de estrutura urbana em corredores tem, implicitamente considerada uma associação direta entre corredor e transporte de massa, ou seja, quando se fala em corredor está se considerando que neste será implantado um transporte de massa, se constituindo no modo predominante de transporte para a cidade. Para se viabilizar esta proposta, isto é, em última forma, para se viabilizar o transporte de massa, deverá se alocar um volume considerável de população ao longo do corredor.

A alternativa corredores longitudinais para Salvador considera a utilização de dois corredores longitudinais: BR e Paralela, localizados atualmente no que pode se chamar de área de expansão da cidade. Então, nesses corredores deverão ser implantadas linhas de transporte de massa que terão que se articular com a área ocupada presentemente. Isto leva à necessidade de estender os citados corredores, principalmente no sentido de contactar a Zona Central, onde se concentra o maior número de atividades da cidade.

Assim, os corredores da BR e Paralela foram estendidos, passando a abrigar as macro-unidades de análise Barros Reis e Juracy Magalhães, respectivamente, ficando, então, o corredor da BR, composto das macro-unidades Barros Reis, BR-I e BR-II,

e o corredor da Paralela composto das micro-unidades Juracy Magalhães, Paralela I e Paralela II.

O atendimento ao conceito da alternativa foi realizado plenamente o que pode ser constatado através da distribuição de população por macro-unidade de assentamento, mostrada na tabela abaixo:

MACRO-UNIDADE DE ASSENTAMENTO	POPULAÇÃO ALOCADA
Zona Central	-
Itapagipe	198
Liberdade	6.440
Federação/Brotas	-
Juracy Magalhães	72.450
Paralela I	144.247
Paralela II	391.658
Barros Reis	29.938
BR-I	124.342
BR-II	192.157
Barra	7.892
Orla I	37.488
Orla II	6.680
Orla III	7.018
Subúrbio	46.020

Assim, o Corredor da BR absorve 346.437 habitantes (32,5% do total), sendo que neste total está incluído o núcleo isolado de Valéria, e enquanto o Corredor da Paralela absorve 608.355 habitantes (57,1% do total). Os dois corredores que basicamente dão forma à nova estrutura urbana para Salvador absorvem o expressivo volume de 89,6% do total.

No espaço de Salvador se encontram ainda dois vetores de expansão, na Orla e Subúrbio Ferroviário, que poderiam ser transformados em corredores, isto é, que poderiam abrigar linhas de transporte de massa. Se, em termos específicos de transporte isto é possível, não o é, no entanto, em termos urbanísticos. Os impedimentos para o vetor da Orla são ditados pelo Estudo de Imagem Ambiental Urbana, que propõe uma utilização não intensiva para a área, o que conflita com as necessidades de criação de demandas significativas para a viabilização do transporte de massa.

Para o vetor do Subúrbio Ferroviário, os impedimentos referem-se à baixa qualidade do solo, que não possibilita a implantação de altas densidades, e ainda a consideráveis desníveis topográficos que criam condições desfavoráveis à alocação de grandes volumes populacionais. Esses dois vetores, que de forma alguma podem ser considerados corredores, absorvem apenas 97.206 habitantes, isto é, 9,1% do total a ser alocado até 1990. O restante de população, 14.530 habitantes (1,3%), se distribui em Itapagipe, Liberdade e Barra.

Como pode ser observado na tabela de população alocada, e de acordo com o conceito estabelecido para a alternativa, que considera a concentração intensiva nos dois corredores, não se buscou, como parte do conceito, a ocupação de vazios na malha urbana contínua. Assim, não foram ocupadas algumas áreas disponíveis na macro-unidade Federação/Brotas. Por outro lado, não se pode deixar de a-

localar população nos vazios de algumas macro-unidades de assentamento que não compõem estritamente o conceito, isto é, que não se localizam na área de influência dos corredores como é o caso da Barra e da própria Orla I, pois seria irreal deixar de considerá-las no processo de alocação de população, devido a dinâmica irreversível que caracteriza essas áreas.

Finalmente, como em todas as alternativas consideradas, a Zona Central não recebeu população, pois não apresentava vazios disponíveis em quantidade relativa considerável.

Fica claro, portanto, que os dois corredores BR e Paralela, comandam o processo de formação da estrutura urbana, se constituindo nos dois vetores básicos de expansão urbana.

- b) Quanto aos padrões de ocupação residencial: a análise dos padrões propostos será feita a nível de macro-unidade de assentamento e da classe de renda alocada.

ZONA CENTRAL - não teve população alocada.

ITAPAGIPE - o padrão alocado (B_1) é o próprio padrão predominante existente na área.

LIBERDADE - o padrão alocado representa a consolidação da ocupação existente. Sendo uma área de ocupação consolidada (ver a reduzida quantidade de vazios) e apresentando, relativamente, razoáveis condições de localização, o custo da terra já apresenta valores mais elevados, implicando em que a

população atraída para essa área, embora de baixa renda, deva se situar nas camadas mais elevadas dentro da mesma.

FEDERAÇÃO/BROTAS - não teve população alocada.

JURACY MAGALHÃES - esta macro-unidade de assentamento é uma extensão do corredor da Paralela, e de acordo com o conceito adotado deveria a população ser alocada em densidades elevadas para criar as demandas para o transporte de massa. No entanto, não foi possível seguir plenamente o conceito para esta macro-unidade de assentamento, tendo em vista a tendência da área ser ocupada majoritariamente por população de alta renda. Assim, só foi possível propor alta densidade (A_2) para a U.A. 27, mas para as U.A. 18 e 26, devido as características da ocupação atual e dos comprometimentos existentes, como loteamentos de alto padrão em consideráveis parte da área, foi proposta a densidade A_1 (média). Considerou-se, também, que a área comporta uma pequena quantidade de população de renda B, alocada, segundo os padrões B_1 e B_2 , de acordo com as localidades existentes.

PARALELA I - a definição das unidades de análise, componentes desta macro-unidade de assentamento, foi feita a partir de uma área que se considerou tributária do corredor Paralela. Esta macro-unidade, em função de sua localização, envolve unidades de análise de características até opostas. Assim, de um lado, a U.A. 38 vem sendo ocupada por população de baixa renda, tendência que deve se manter em função dos comprometimentos que a ocupa

ção existente tem criado. Considerou-se, então, uma alocação maciça de população de baixa renda, seguindo o padrão C_2 , e um pequeno volume de população de renda média, no padrão B_2 .

Por outro lado, as demais unidades de análise componentes desta macro-unidade de assentamento têm como característica comum o elevado custo da terra, principalmente aquelas onde já existe urbanização. Esta característica se acentua na U.A. 39, onde hoje se implanta o loteamento "Caminho das Árvores", o que levou à proposição do padrão A_0 , con-
dizente com o Termo de Acordo feito entre o loteante e a Prefeitura.

As Unidades de Análise 42-A, 66 e 40, podem ser analisadas conjuntamente. A maior parte da população alocada é de classe B e os critérios seguidos para a definição do padrão estão baseados na ocupação existente (Stieper) e no aparecimento recente de um processo de verticalização. Assumiu-se, portanto, tanto o padrão B_1 como B_2 .

Para a população de alta renda, pela proximidade à orla, considerou-se que a ocupação seguiria o padrão A_1 .

A Unidade de Análise 42, por sua vez, merece ser analisada separadamente. Esta área é a que reúne melhores condições para abrigar população de baixa renda nesta macro-unidade de assentamento, principalmente devido à elevada oferta de área disponível.

Para tanto, coloca-se como fundamental a execução

de um Programa Especial de habitação para população de baixa renda. Cabe lembrar que parte do Projeto Narandiba se situa nesta U.A. 42, e que a densidade proposta no referido Projeto se situa bem abaixo da considerada na montagem desta alternativa (C₂), e teria portanto que ser revista, para criar uma demanda maior para viabilizar a linha de transporte de massa. Um pequeno volume de população de renda média foi alocado nesta Unidade de Análise, processo que deverá ocorrer devido às características favoráveis da área. Assim, dentro do critério de criar demanda para o transporte de massa, atendendo, portanto, ao conceito, considerou-se o padrão B₂.

Por último, a Unidade de Análise 62 tem apenas uma parte na área de influência do corredor Paralela, onde está localizado o CAB, não tendo população alocada.

O maior impedimento à alocação de um maior volume de população nesta macro-unidade de assentamento, o que, inclusive, pode comprometer em parte o conceito de corredores, reside no alto custo do solo e nas restrições institucionais, restringindo a alocação a recorrer menos às populações de baixa renda em sua composição.

PARALELA II - nesta macro-unidade de assentamento, o custo da terra - embora seja um fator de peso - não apresenta valores tão elevados como no caso anterior. Isto abre maiores possibilidades para alocação de população de baixa renda nesta macro-unidade.

Assim mesmo, sente-se a necessidade de recorrer, em 2 Unidades de Análise (64 e 67), localizadas junto à Paralela, do lado da orla, a Programas Especiais. É imprescindível uma ocupação de todas as Unidades de Análise desta macro-unidade para criar a alternativa de estrutura urbana proposta, de acordo com o conceito estabelecido.

Para tanto, o grande volume de população alocada é de baixa renda, e o padrão predominante proposto é o C_2 . Considerou-se, ainda, a alocação de um pequeno volume de população de média renda, segundo o padrão B_2 .

BARROS REIS - é uma macro-unidade de assentamento que apresenta pequena quantidade de área vazia e em contra-partida uma ocupação consolidada. O preenchimento dos espaços vazios se apoiou na ocupação pré-existente, definida pela classe de renda e pelo padrão de ocupação. A proposta para a área considera a manutenção da tendência de ocupação, ainda mais por ser uma área praticamente consolidada. Considerou-se, então, prioritariamente, a alocação de população de renda média, seguindo os padrões B_1 e B_2 . A macro-unidade comporta, ainda, em função de características específicas de determinadas áreas, população de alta renda, a um padrão A_1 (loteamento horizontal existente), e população de baixa renda, alocada segundo o padrão C_2 .

Em função, principalmente, das características da ocupação existente, não foi possível nesta macro-unidade, constituinte do corredor BR, alocar as elevadas densidades imaginadas conceitualmente ao

longo dos corredores.

BR-I - a ocupação histórica da área tem se destinado à população de baixa renda. A alternativa considera a manutenção desta tendência, o que cria condições para alocação de volume significativo de população, que é obtido através do padrão C_2 e C_3 . Propõe, ainda, a alternativa, a alocação de um resíduo de população de média renda, segundo os padrões B_1 e B_2 . Atendeu-se, assim, nesta macro-unidade de assentamento, ao conceito de corredor, conseguindo-se alocar um volume considerável de população.

BR-II - esta macro-unidade não apresenta variações em relação à anterior, também se destinando a área para ocupação da população de baixa renda que se assenta no padrão C_2 e C_3 , que reflete o modelo histórico que esta classe segue em Salvador. Um pequeno volume de população de renda média é alocada no padrão B_1 .

BARRA - seguiu-se como critério locacional, para esta macro-unidade, a ocupação existente, bem como a tendência desenvolvida nos últimos anos. Assim, a proposta considerou que a área será ocupada por população de alta renda no padrão A_3 , que reflete a intensa verticalização a que a área está submetida.

ORLA I - o critério locacional se baseou na ocupação pré-existente que dificilmente seria alterada em termos de classe de renda devido ao alto custo da terra e ao próprio contexto social criado. As-

sim, alocou-se prioritariamente população de alta renda e um pequeno volume de média renda. Os padrões alocados procuram refletir esta realidade existente, bem como atender às recomendações do estudo de Imagem Ambiental Urbana, que propõe o controle vigoroso de verticalização na orla, o que levou a recorrer aos padrões A_2 (como no caso da U. A. 28 - Pituba), A_1 , B_1 e B_2 .

ORLA II - nesta alternativa a macro-unidade de assentamento Orla II, de acordo com três posições estabelecidas para a área, recebe pouca população alocada. Assim, apenas um pequeno volume de população de média renda foi alocada na U.A. 40, seguindo como critério a ocupação existente, o que levou à proposição do padrão B_1 .

ORLA III - também faz parte, esta macro-unidade, do vetor referido acima, só que neste caso alocou-se um reduzido volume de população de alta renda, reflexo de uma grande área comprometida existente, que é o loteamento Patamares, justificando-se a proposição do padrão A_0 , face ao Termo de Acordo entre loteante e Prefeitura.

SUBÚRBIOS FERROVIÁRIOS - o padrão de ocupação considerado, C_2 , foi definido em função da ocupação existente, assumindo-se, assim, a manutenção da tendência atual de estruturação do espaço nesta macro-unidade de assentamento.

- c) Quanto à nucleação de atividades: conforme já assinalado, a distribuição de população nesta alternativa se realiza intensivamente ao longo da área de influência de dois corredores: paralela e BR-

324. Nestes dois corredores são alocados praticamente 90% da população projetada pra 1990. O sistema de Centros e Sub-centros, por sua vez, é definido a partir da estrutura urbana resultante.

Assim, como a área urbanizada se estende consideravelmente no sentido dos dois corredores, considera-se que o atual Centro estará no futuro cada vez mais desfavoravelmente localizado, em termos de distância e acessibilidade em relação à distribuição de população. Emerge, então, como proposta, a redução do ritmo de expansão e crescimento do Centro e a conseqüente criação de um outro Centro, na área do Camurujibe, onde atualmente começa a se estruturar um Sub-centro.

A escolha dessa área se deve, não só à prévia existência de ocupação, que está estruturando um Sub-centro, mas também, e principalmente, devido à sua excelente localização, em termos geográficos e de acessibilidade, atendendo plenamente à distribuição de população desta alternativa.

O Centro atual atinge, em 1990, 56.318 empregos do setor terciário, que representa 33,4% do total, enquanto o novo Centro, o Camurujibe, alcança 33.049 empregos, isto é, 19,6% do total.

A proposta de Sub-centros nesta alternativa de estrutura urbana, tanto se constitui dos existentes atualmente, como cria outros em função da expansão urbana. Os Sub-centros existentes - Calçada, Liberdade e Barra - deverão apresentar um crescimento menor, devido à localização geográfica desfa

vorável e à reduzida população alocada nas respectivas áreas de influência. Em 1990, esses núcleos absorvem apenas 2,3%, 1,2% e 1,9%, respectivamente, do emprego total do terciário.

São criados, ainda, dois novos Sub-centros no sentido norte dos corredores, onde se concentra grande volume de população alocada, a seguir descritos.

O Sub-centro do Vetor Norte, localizado na Unidade de Análise 73, objetiva atender grande parte da população alocada no Corredor BR, concentrando 2,5% do emprego total do terciário. O Sub-centro da Paralela, localizado na Unidade de Análise 67, atende à área do Corredor Paralela, concentrando 2,3% do emprego total. Por último, 36,8% do emprego terciário não se localiza nem em Centros nem em Sub-centros, passando a compor as nucleações menores de atividades, como centros de bairros, núcleos de abastecimento e atividades dispersas de um modo geral, de forma mais atomizada e complementar às habitações, nas várias localidades urbanas.

3.3 Alternativa de Crescimento em Vetores Transversais

A estrutura urbana resultante do conceito de Vetores Transversais, possui as seguintes características:

- a) Quanto aos vetores de expansão: a expansão urbana se realiza, como o próprio nome indica, segundo vetores transversais. Esses vetores são assim chamados devido à posição geográfica em que estão colocados: transversalmente à linha de desenvolvimento histórico que a cidade tem seguido, ou seja, em direção aos eixos viários dos subúrbios, da BR-324 e da orla oceânica. Propõe, então, esta alternativa, romper, parcialmente, com o modelo tradicional de formação da estrutura urbana que tem levado à ocupação no sentido longitudinal, ao longo dos vetores da BR-324, da Orla, do Subúrbio (Ferrovia), e que começa a esboçar uma ocupação atomizada no eixo da Paralela. Esta alternativa objetiva orientar a expansão urbana no sentido de ocupar mais intensivamente a área localizada entre os eixos da BR e da Paralela, considerando que as áreas localizadas entre a Orla e a Paralela bem como entre o Subúrbio e a BR, não apresentam condições favoráveis de ocupação, devido à existência de restrições, como a baixa qualidade do solo, implicando em altos custos de urbanização, e elementos característicos da paisagem urbana desejáveis de preservar, como lagoas, dunas, áreas verdes, etc.

A forma de se obter a ocupação do "Miolo" compreendido entre Paralela e BR reside na abertura de canais de comunicação transversais, articulando

essas duas vias , atingindo as áreas laterais de orla e subúrbios ferroviários, que, ao lado de programas especiais de ocupação, devem funcionar como elementos indutores da urbanização. O conceito desta alternativa, além de considerar que a ocupação se realiza em macro-unidades de assentamento definidas pela área de influência dos vetores transversais, propõe uma estrutura de transportes para a cidade onde os vetores transversais desempenham o papel de alimentadores dos eixos longitudinais da BR-324 e Paralela, que deverão ser transformados em corredores onde são implantadas as linhas de transporte de massa, constituindo , portanto, um dos sistemas básicos de circulação da cidade. Existe, assim, uma integração entre os vetores transversais, que devem receber sistema de transporte coletivo do tipo convencional, e os vetores longitudinais - BR e Paralela - que passam a ser caracterizados como corredores, abrangendo transporte de massa. É oportuno lembrar que o Corredor da BR se articula com a Zona Central, núcleo de maior concentração de atividades, através da Av. Barros Reis, e o Corredor da Paralela, através da Av. Juracy Magalhães Júnior e Av. Vasco da Gama, tal como no modelo de Corredores Longitudinais.

Na presente alternativa, a definição dos corredores longitudinais emergiu sem maiores dificuldades, sendo inquestionável a eleição da BR-324 e na Av. Paralela. No entanto, as dificuldades de identificação dos vetores transversais é muito maior, devido à ausência de eixos viários que possam, de pronto, serem aproveitadas como veto-

res, já que a área compreendida entre as vias BR e Paralela não tem um sistema viário de porte implantado.

Os vetores transversais selecionados e que configuram as macro-unidades de assentamento são:

BARROS REIS-CAMURUJIBE - é um vetor que se situa nos limites da Área de Urbanização Contínua (AUC) e já está implantado. Este vetor liga a Zona Central com a área do Camurujibe, onde, nesta alternativa, está proposta a implantação de um novo Centro, e atinge a orla, servindo o bairro da Pituba, onde se prevê uma forte concentração populacional. A implantação deste vetor tem como objetivo servir de elemento indutor à ocupação de alguns vazios intersticiais da AUC.

SAN MARTIN-IMBUÍ - este vetor se desenvolve ao longo da Av. San Martín, atravessa o "miolo" definido pelos corredores BR e Paralela na altura do Projeto Narandiba, o que permite acelerar a ocupação desta área, e atinge a orla, utilizando a via Imbuí.

LOBATO-PITUASSÚ - este vetor tem início nas imediações de Plataforma e possibilita ligar esta região à Orla Marítima, atendendo a população do subúrbio e à população das ocupações existentes no "Miolo", e criando condições para intensificar a urbanização desta área, servindo, ainda, às atividades localizadas no CAB, núcleo expressivo de concentração de emprego. Neste caso, a ocupação do trecho Paralela/Orla fica na dependência das

restrições ambientais estabelecidas pelo Plano , onde já se destaca a existência da lagôa de Pitu assú, que deve ter uma função de Parque Metropolitano alocada.

VALÉRIA-CARNEIRINHO - este vetor somente recebe ocupação na medida em que os vetores anteriormente definidos - de ocupação prioritária - esgotam sua capacidade de absorção de população . Tem início em Valéria, porém, articulado com Periperi, atravessa o "Miolo" Paralela/BR em uma região praticamente desocupada, e atinge a orla marítima entre Patamares e Itapoã.

CIA-AEROPORTO - o elemento inicial básico para implantação do vetor, neste caso, já existe; é a infra-estrutura viária - articulação CIA-Aeroporto - que se localiza próxima aos limites do Município. Como o conceito desta alternativa considera para ocupação a área compreendida entre BR e Paralela, a ocupação ao longo deste vetor só será realizada num horizonte mais longo (ano 2000 p. ex.).

O atendimento ao conceito básico da alternativa - concentração intensiva da população nas macro-unidades acima - foi plenamente realizado. Das demais macro-unidades de assentamento criadas nesta alternativa, somente receberam volumes consideráveis de população as que apresentam uma tendência expontânea de ocupação irreversível e desejável de explorar.

As macro-unidades que definem o vetor de expan -

são da Orla (Orla II e III) e a macro-unidade Subúrbio não fazem parte do conceito da alternativa, como vetores de baixa absorção de contingentes populacionais, devido às restrições existentes ou propostas para essas duas áreas - Orla e Subúrbio -, o que impede uma urbanização mais intensa.

A tabela abaixo mostra como se dá a distribuição de população nas macro-unidades de assentamento criadas nesta alternativa:

MACRO-UNIDADES DE ASSENTAMENTO	POPULAÇÃO ALOCADA
Zona Central	-
Itapagipe	198
Liberdade	9.440
Federação/Brotas	-
Juracy Magalhães	-
Barra	7.892
Barros Reis/Camurujibe	133.490
San Martin/Imbuí	236.859
Lobato/Pituassú	446.314
Valéria/Carneirinho	74.651
CIA/Aeroporto	-
Subúrbio	47.868
Orla I	77.164
Orla II	19.772
Orla III	7.018

Como se vê, apenas três macro-unidades de assentamento, Barros Reis/Camurujibe, San Martin/Imbuí e Lobato/Pituassú, absorvem 816.663 habitantes, o

que representa 77% do total a ser alocado até 1990. Essas macro-unidades, por sua expressão qualitativa, configuram os vetores de expansão para Salvador para 1990. A macro-unidade Lobato/Pituassú, também um vetor transversal, não consegue se constituir em um vetor de expansão pois absorve 74.651 habitantes, ou seja, 7,04% do incremento da população até 1990.

Nos vetores (não transversais) da Orla e Subúrbio, caracterizados como de baixa absorção de população, alocou-se apenas 26.790 habitantes (2,53%) e 47.868 habitantes (4,51%), respectivamente. O restante de população, menos de 9%, foi alocado em macro-unidades de assentamento localizadas na AUC atual. Como pode ser verificado, não existe o objetivo de ocupar prioritariamente os vazios intersticiais da AUC pois o conceito da alternativa privilegia, por definição, a ocupação da área de influência dos vetores transversais. As macro-unidades de assentamento da AUC que receberam população são aquelas que apresentam tendências espontâneas de ocupação mais irreversíveis, como: Barra, Orla I e Liberdade. No entanto, para conseguir construir a alternativa em questão, considerou-se que áreas vazias de Federação/Brotas e Juracy Magalhães permaneceriam em sua maioria sem ocupação, de modo a viabilizar a concentração sugerida nos vetores transversais.

- b) Quanto aos padrões de ocupação residencial: A análise dos padrões propostos será feita a nível de macro-unidade de assentamento e da classe de renda alocada.

ZONA CENTRAL - não teve população alocada.

ITAPAGIPE - o padrão alocado (B_1) é o próprio padrão médio existente na área.

LIBERDADE - o padrão alocado representa a consolidação da ocupação existente. Sendo uma área de ocupação consolidada (ver a reduzida quantidade de vazios) e apresentando, relativamente, razoáveis condições de urbanização, o custo da terra apresenta valores mais elevados. Assim, a população atraída para essa área, embora de baixa renda, deve se situar em uma camada superior desta faixa. Isto se reflete no modelo de ocupação do solo, seguindo esta população um padrão de densidade mais baixo (lotes maiores) já que é capaz de pagar mais pela terra.

FEDERAÇÃO/BROTAS - não teve população alocada.

JURACY MAGALHÃES - não teve população alocada.

BARRA - seguiu-se como critério locacional, para esta macro-unidade, a ocupação existente, bem como a tendência desenvolvida nos últimos anos. Assim, a proposta considerou que a área será ocupada por população de alta renda no padrão A_3 , que reflete a intensa verticalização a que a área está submetida, embora com controle nas áreas de bordo.

BARROS REIS/CAMURUJIBE - esta macro-unidade é construída a partir da área de influência deste vetor transversal, área esta que apresenta ocupa-

ções dos três níveis de renda. Este fato, aliado às características do espaço (variação do custo do solo, principalmente), se constitui num forte critério para a alocação de população pelas várias faixas de renda. Os padrões propostos, no caso, também seguem tanto a ocupação existente como a tendência observada.

Assim, esta macro-unidade recebe população de alta renda que segue o padrão A_0 (Caminho das Árvores) e A_1 para loteamentos horizontais em implantação (Vila Laura). A população de média renda foi alocada nos três padrões de densidade considerados, baseada no critério de ocupação existente. A população de baixa renda na sua maior parte foi alocada no padrão C_2 , que reflete também a ocupação existente, e apenas uma pequena parcela seguiu o padrão C_3 , o que é de se esperar, mesmo que a área em questão apresente níveis de desenvolvimento melhores.

SAN MARTIN/IMBUÍ - a realização do conceito desta alternativa - preenchimento do "Miolo" definido pela BR e Paralela - começa a se tornar possível nesta macro-unidade de assentamento. Para tanto, em função das características da ocupação existente e da própria área, aloca-se população de baixa renda nos padrões C_2 e C_3 , sendo necessária, no entanto, para que a proposta seja viável, a realização de um Programa Especial de habitação para população de baixa renda na área do Projeto Narandiba, devido ao alto custo relativo do solo nesta área. O padrão proposto neste caso, C_2 , indica que a ocupação não será espontânea, mas sim orientada.

Ainda atendendo ao critério de tendências existentes, alocou-se população de média renda nas unidades de análise próximas à Avenida Paralela, considerando os padrões B_1 e B_2 .

Um resíduo relativo de população de alta renda também foi alocado em Unidade de Análise próxima à orla, visando o padrão A_1 como proposta.

LOBATO/PITUASSÚ - é uma macro-unidade de assentamento que, pelas características da área e da ocupação existente, a alternativa propõe que seja ocupada maciçamente por população de baixa renda, considerando, na maioria das Unidades de Análise, o padrão C_2 , que reflete melhores condições econômicas da população. Por outro lado, considera-se ainda uma parcela de população alocada no padrão C_3 , que reflete a realidade esperada. Como normalmente não existe a homogeneidade social absoluta em uma área, considerou-se uma pequena parcela de população de renda média, alocada nos padrões B_1 e B_2 .

VALÉRIA/CARNEIRINHO - esta macro-unidade de assentamento somente foi utilizada com o objetivo de fechar a alocação de população de baixa renda. A alocação se realizou na Unidade de Análise 80, que constitui um núcleo isolado que parte da ocupação existente de Valéria, e na Unidade de Análise 73, visando consolidar o núcleo de Castelo Branco.

O padrão C_2 utilizado nos dois casos, reflete a realidade existente.

CIA/AEROPORTO - não teve população alocada.

SUBÚRBIO - o padrão de ocupação considerado (C_2), foi definido em função da ocupação existente, as sumindo-se, assim, a manutenção da tendência de estruturação do espaço nesta macro-unidade de as sentamento.

ORLA I - praticamente, só é alocada população de alta renda, utilizando-se os padrões A_1 e A_2 , se guindo como critério a ocupação existente e as tendências que devem se concretizar como manuten ção tanto de verticalização como de loteamentos horizontais na área da Pituba. Uma pequena quan tidade de população de média renda foi alocada com o padrão B_1 .

ORLA II - seguiu-se como critério de alocação as características da área e da ocupação existente, o que implica na distribuição de população de al ta renda no padrão A_1 e população de média renda no padrão B_1 .

- c) Quanto à nucleação das atividades: a distribui ção de população nesta alternativa se realiza in tensivamente nas macro-unidades de análise forma das pela área de influência dos vetores transver sais: Barros Reis/Camurujibe, San Martin/Imbuí e Lobato/Pituassú, que absorvem 77% da população projetada para 1990. A estrutura urbana resultan te dessa distribuição de população tem, como ca racterísticas principais, uma forte concentração de população no "miolo" entre BR e Paralela e ao longo desses dois corredores.

Em termos espaciais, esta alternativa segue um modelo de distribuição de população mais concentrado que a alternativa de Corredores Longitudinais e, por outro lado, menos concentrado que a alternativa de Crescimento Condensado. Em função deste aspecto, considerou-se que o atual Centro deve atingir uma dimensão menor que na proposta para a alternativa Crescimento Condensado, porém maior que a da alternativa Corredores Longitudinais. Isto porque o Centro apresenta uma localização desfavorável, em termos geográficos e de acessibilidade, o que leva a propor um crescimento menor do que o histórico (representado pela realidade atual). Em contrapartida, propõe-se a criação de um novo Centro para abrigar as atividades que deveriam ser alocadas no Centro atual. A localização do novo Centro será na ... área do Camurujibe.

O Centro atual atinge, em 1990, nesta alternativa, 68.965 empregos, ou seja, 40,9% do total projetado para 1990, enquanto o novo Centro do Camuruibe deverá contar com 23.100 empregos, isto é, 13,7% do total.

Quanto aos Sub-centros, definidos a partir das nucleações existentes - Calçada, Liberdade e Barra - , deverão apresentar um crescimento menor, devido à localização geográfica desfavorável e ao reduzido volume de população alocada nas áreas de influência. Para 1990, esses três Sub-centros absorvem apenas 2,3%, 1,2% e 1,4%, respectivamente, do emprego total do terciário.

Nesta alternativa, o modelo espacial criado pela distribuição de população demanda ainda um novo Sub-centro para atender a população alocada na área do Vetor Norte (BR), contendo cerca de 8.768 empregos, que representam 5,2% do emprego terciário total. A localização proposta para este núcleo é a Unidade de Análise 60.

Por último, 59.522 empregos (35,3% do emprego total) não se concentram em Centros ou Sub-centros, encontrando-se dispersos por toda a cidade, de modo complementar às habitações.